

Evangélico-luteranos no Brasil e cidadania

René E. Gertz*

Sou obrigado a começar com algumas observações preliminares, para não despertar expectativas a que não consiga corresponder. **Primeiro**, vou *ler* a minha fala. Não sou um bom palestrante, sobretudo quando tento falar de improviso. Lendo, terei um controle maior sobre o conteúdo que vou apresentar; além disso, poderei manter-me dentro do espaço temporal que me foi definido (50 minutos) – devendo ficar aquém deste tempo. **Segundo**, sou historiador, e falarei muito mais sobre o passado do que sobre o presente. Sei que as pessoas aqui presentes são, na maioria, gente de ação, que talvez espere posicionamentos sobre a atualidade, sobre a inserção dos luteranos no aqui e agora, e talvez, até, diretrizes ou conselhos para o agir no cotidiano da sua profissão, da sua comunidade ou até do país como um todo. Não é que na minha fala não venham a transparecer posicionamentos pessoais, mas este não é meu objetivo principal. Tentarei apresentar-me aqui, em especial, como pesquisador que se preocupa, em primeiro lugar, em descrever e compreender o mundo tal qual ele é, sem uma preocupação primordial em apresentar receitas para mudá-lo. Imagino que por estarmos no mês da Reforma de Lutero – e a apenas 10 anos do quinto centenário dela – se possa falar da história dos luteranos neste país – e, talvez, isso leve alguns a uma conscientização maior sobre sua condição de luteranos, mas esta será uma tarefa pessoal de cada um. **Terceiro**, aquilo que vou ler aqui não é totalmente inédito, mas sim – ao menos em parte – o resultado de uma pesquisa que foi apresentada em 2001, na Universidade de Erfurt, na Alemanha, onde um congresso comemorou os 500 anos do ingresso de Lutero na universidade local. Os textos apresentados nesse congresso – incluindo o meu – foram publicados, em 2004, num livro intitulado *Luther zwischen den Kulturen* (Lutero entre as culturas). Uma versão portuguesa do meu texto – um pouco modificada – foi publicada na

* Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. Este texto foi apresentado como palestra, no dia 24 de outubro de 2007, na reunião-almoço do Grupo de Empreendedores Evangélico-Luteranos de Porto Alegre – GEELPA.

Revista de História Regional, da Universidade de Ponta Grossa, e está acessível pela Internet.¹ **Quarto**, devo enfatizar que tentarei falar mais sobre *os luteranos* no Brasil e não tanto sobre *as igrejas* luteranas, e não direi nada sobre o luteranismo como tal, sobre a doutrina luterana, por exemplo. Historiadores vêm estudando as instituições eclesiais luteranas no Brasil e seus líderes há bastante tempo. Como se sabe, existem, historicamente, duas igrejas luteranas aqui, hoje representadas pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Ainda que haja bem mais trabalhos escritos sobre a história da primeira, a IECLB, a segunda também vem sendo objeto de estudos nos últimos anos, e, mesmo que haja lacunas, sua trajetória no Brasil também já é relativamente conhecida – ao menos para especialistas. Encontram-se informações sobre seu desenvolvimento regional, sobre seus posicionamentos doutrinários, sobre conflitos e colaboração entre ambas as igrejas. Ainda que não seja possível separar de todo uma instituição dos “militantes” que a compõem, não há dúvida de que as instituições costumam ser bem mais visíveis que seus membros. Por isso, meu esforço aqui para falar dos *membros*.

Neste último sentido, começo com uma primeira observação que fiz durante minhas pesquisas. As instituições e as lideranças eclesiais luteranas no Brasil possuem uma visibilidade que, no mínimo, corresponde a sua importância numérica, e, provavelmente, a ultrapassa, mas os seus membros, seus “soldados rasos”, às vezes, até fazem questão de esconder ou não valorizar sua condição de luteranos, e, por isso, muitas vezes são bem menos visíveis ou até quase invisíveis. Naquilo que tange à visibilidade das instituições, bastam algumas informações.

Segundo dados levantados em 2000, a quarta universidade entre todas as universidades brasileiras em termos de número de alunos (e a terceira entre as universidades não públicas) chama-se Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), cuja mantenedora é uma comunidade ligada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

O primeiro curso de pós-graduação em Teologia reconhecido pelo órgão responsável pelo ensino de pós-graduação do Ministério da Educação, a CAPES, foi o da Escola Superior de Teologia da IECLB, hoje simplesmente Faculdades EST, em São

¹ Neste texto estão indicadas todas as fontes de minhas informações, coisa que não foi feita aqui, por tratar-se de uma palestra.

Leopoldo, que nas avaliações trienais de 2001, 2004 e 2007 obteve nota máxima, 7, classificando-se entre um seletíssimo grupo de cursos com essa nota. A verdadeira dimensão deste fato só se pode avaliar quando a gente lembra que este país é apresentado, historicamente, como um país essencialmente católico, e nele não há nenhum curso *católico* de Teologia com essa nota.

Em 2001, o prof. Ruben Goldmeyer, diretor do Instituto de Educação de Ivoti, me informou que um levantamento realizado em 1998 mostrou que um oitavo, ou seja, mais de 10%, de todos os secretários de educação dos municípios sul-rio-grandenses eram ex-alunos desta escola de formação de professores da IECLB, o sucedâneo do velho Seminário de Professores, que, até 1968, funcionou à beira do rio dos Sinos, em São Leopoldo. Ainda que, provavelmente, esses ex-alunos sejam, em sua maioria, secretários de pequenos municípios interioranos e não dos grandes, o número impressiona, mostrando a importância e a eficácia de mais uma instituição luterana de ensino.

Quando um jornal tão importante quanto a *Folha de São Paulo* festejou, em fevereiro de 2001, seu 80º aniversário foram convidados representantes dos mais diferentes grupos religiosos existentes no Brasil para uma cerimônia ecumênica. Para falar em nome do grande grupo classificado como *protestantismo* foi convidado o pastor luterano da IECLB Rolf Schünemann, alguém que representava apenas um percentual muito pequeno do protestantismo brasileiro.

Num programa “Roda viva”, da TV-Cultura de São Paulo, de maio de 2001, no qual foi entrevistado o sociólogo José de Souza Martins, um dos maiores conhecedores da questão agrária no Brasil, ele, ao falar das instâncias envolvidas no processo de reforma agrária, citou o governo federal, o MST, os católicos e, em quarto lugar, os luteranos. Talvez esse envolvimento luterano na questão da terra tenha sido uma das razões pelas quais o luterano gaúcho Rolf Hackbart tenha sido convidado a assumir a presidência do INCRA, no governo Lula.

Estes são alguns poucos exemplos que mostram a importância de instituições ou de lideranças eclesiais ligadas ao luteranismo brasileiro. Certamente se poderia citar muitas outras situações em que isso fica claro. Quantos engenheiros, industriais, desembargadores, professores universitários passaram pelas escolas de nossa Rede Sinodal, por exemplo?

Do outro lado, porém, com alguma frequência, se tem a impressão de que muitos luteranos escondem sua condição ou, no mínimo, não fazem questão de destacar sua “luteranidade”. Sei que essa minha afirmação não se baseia numa pesquisa sistemática e talvez possa ser contestada, mas penso que ela não pode ser contestada de forma radical. Não faltam exemplos – ainda que exemplos em sentido contrário também possam existir. Quero citar alguns poucos casos. Quando, em 1983, foi festejado o quinto centenário de nascimento de Lutero, também a imprensa brasileira dedicou algum espaço ao tema. A revista *Isto É*, por exemplo, depois de falar do reformador, voltou-se para os luteranos no Brasil. Líderes eclesiásticos das duas igrejas luteranas deram destaque à sua atuação e aos seus projetos de expansão, mas os luteranos leigos entrevistados tentaram antes diminuir a importância de seu pertencimento a essa confissão religiosa. O deputado federal sul-riograndense Siegfried Immanuel Heuser, por exemplo, afirmou que, de forma alguma, devia sua eleição aos fiéis luteranos, mas sim a um eleitorado neutro do ponto de vista religioso; sobre o então já ex-presidente Ernesto Geisel, o texto da revista escreveu que se tratava de uma figura de luterano clássico, ele próprio, porém, destacou que nunca foi um luterano militante, a ponto de nem ter sido confirmado; a ex-Miss Brasil Vera Fischer, questionada sobre sua condição de luterana e de sua militância, respondeu que não se lembrava, em absoluto, se alguma vez militara na Juventude Evangélica – fato, porém, é que quando eleita Miss-Brasil, em 1969, deu uma entrevista ao pastor Martin Hiltel para a revista *Presença*, da Juventude Evangélica, onde falou claramente de sua militância. Sem ter feito uma pesquisa, tenho certeza de que entre a nossa elite política, intelectual, profissional muitos também nos diriam que não têm a mínima lembrança se na juventude militaram na JE.

Estudiosos podem buscar esse posicionamento em questões doutrinárias do luteranismo em geral. Estou pensando, concretamente, na negativa luterana de que existam “política” e “economia” luteranas. E isso, talvez, não esteja errado. Mas eu pretendo destacar um outro aspecto: a condição de absoluta minoria dentro do país. Há dados que apontam para 1.300.000 luteranos no Brasil atual. Mas esse número pode ser exagerado. Como já foi dito, o luteranismo está dividido em duas igrejas, e a maior delas, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), algumas vezes é apresentada como composta por 1.000.000 a 1.200.000 membros, e a outra, a Igreja Evangélica Luterana do

Brasil (IELB), apresenta números que estão um pouco além dos 200.000 membros. Com isso, se chegaria a números entre 1.200.000 e pouco mais de 1.400.000. Mas a IECLB realizou alguns anos atrás um censo, e só conseguiu localizar, de fato, algo como 700.000 membros. Por isso, pode-se partir do pressuposto de que o total de luteranos no Brasil gire em torno de 1.000.000. O censo demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000 indicou para o Brasil um total de 170.000.000 habitantes. Os luteranos representariam, assim, apenas 0,58% da população brasileira.

Mas eles não só constituem um percentual muito baixo em relação ao conjunto da população: também entre os próprios protestantes brasileiros eles são minoria. Admitindo que haja em torno de 25.000.000 de protestantes no país, os luteranos perfariam algo como 4% desse total.

Mas a condição minoritária apresenta ainda um outro aspecto. Na história das confissões protestantes no Brasil, a historiografia costuma distinguir três tipos de protestantismo: protestantismo de imigração, protestantismo de missão e protestantismo pentecostal. Quanto ao protestantismo pentecostal, ele está muito presente na sociedade brasileira, e todo mundo aqui presente conhece igrejas e grupos de pentecostais em algum lugar. Quanto ao protestantismo de missão, talvez o mais próximo do luteranismo, cabe citar como exemplo o metodismo. No que tange ao Rio Grande do Sul, ele está bem presente na Capital, com suas igrejas e seus colégios, mas também na maioria das grandes cidades da Campanha. Assim, ambos, protestantismo pentecostal e protestantismo de missão, fazem parte da paisagem populacional considerada tipicamente brasileira. Isso não acontece com o luteranismo. Ele ainda está muito ligado e identificado com a população de origem alemã. Na falta de dados estatísticos sobre a origem étnica dos membros das comunidades luteranas, resolvi recorrer aos sobrenomes dos pastores para ter uma idéia da composição étnica do conjunto dos luteranos, pois, mesmo que meu interesse esteja justamente em fazer uma distinção entre instituições e pastores, por um lado, e membros de base, por outro lado, penso que a operação é válida, porque os pastores são recrutados nas comunidades e, certamente, refletem, em algum grau, a composição étnica dessas próprias comunidades. Assim, dos 657 pastores e pastoras ativos no segundo semestre de 2000 na IECLB, 609 tinham sobrenomes alemães, isto é, aproximadamente 93%. Entre os de sobrenome não-alemão, havia alguns espanhóis e japoneses, indicando que se tratava de

pastores de outros países latino-americanos e do Japão, que podiam estar atuando em regime de intercâmbio.

Ainda que a ala do luteranismo que hoje constitui a Igreja Evangélica Luterana do Brasil tenha sua origem na atuação de missionários norte-americanos, que desde o início do século XX sempre de novo enfatizaram que sua atuação nunca visou específica ou exclusivamente a população de origem alemã, chegando, inclusive, a ter ao menos uma comunidade constituída por afro-descendentes, Manuel do Rego, na região de Canguçu, no sul do estado – apesar disso, também entre os pastores da IELB ainda predominam amplamente os sobrenomes alemães. Em 2001, o *site* desta igreja luterana falava de 524 pastores ativos, apresentava, porém, uma lista total de 691 nomes, o que, provavelmente, significa que a lista incluía pastores aposentados e/ou licenciados. Em todo caso, dentre esses 691 sobrenomes havia 612 de origem alemã, o que representa um percentual um pouco inferior ao da IECLB, mas só um pouco inferior, 88,5% (lembrando: na IECLB eram 93%).

Nesse sentido, deve-se chamar a atenção para o fato de que para a opinião pública brasileira, e até para muitos cientistas sociais, historicamente, as comunidades de origem alemã em geral, mas, sobretudo, as luteranas, foram apresentadas como caracterizadas pelo profundo isolamento, pela ausência de “espírito nacional”, como se dizia durante a Segunda Guerra Mundial. Isso pode explicar, ao menos em parte, a tentativa de alguns luteranos de não destacar sua condição.

Além dos efeitos que a condição de minoria absoluta dentro do país teve, e tem, sobre as pessoas, até a proclamação da República, em 1889, os protestantes em geral – não só os luteranos – eram, objetivamente, cidadãos de segunda categoria, pois a Constituição monárquica do Brasil garantia a liberdade de consciência e, portanto, a liberdade de confessar uma religião não-católica, porém, ao mesmo tempo, estabelecia restrições ao exercício do culto e também da cidadania plena para os não-católicos. Isso significava que os protestantes não podiam ter casas de culto que se caracterizassem externamente como igrejas, não podiam votar nem ser votados (à exceção do cargo de vereador), não podiam ser funcionários públicos, além de se encontrarem numa situação matrimonial que podia resultar em problemas. Essas determinações legais só foram amenizadas poucos anos antes da queda da monarquia.

Com isso, chego à tese principal que quero apresentar hoje aqui. Essa tese é a seguinte: os luteranos e a cidadania percorreram um caminho peculiar em terras brasileiras. Para tentar explicar isso, vou falar agora um pouco sobre os luteranos na economia, para depois falar um pouco de sua presença na política.

Imagino que aqueles entre os presentes que fizeram um curso superior tenham ouvido falar, em algum momento, de um sociólogo alemão chamado Max Weber. Ele desenvolveu a famosa tese sobre “a ética protestante e o espírito do capitalismo” – esse o título de um famoso livro seu. Weber se concentra não tanto nos protestantes luteranos, mas sim nos protestantes calvinistas – mas sabe-se que a igreja evangélica alemã, com a qual, afinal, temos muito a ver, foi uma igreja “unificada”, o que significa que reunia luteranos e calvinistas. Weber afirma que os protestantes calvinistas tiveram muito a ver com o desenvolvimento do capitalismo *moderno*, nós talvez diríamos hoje com o capitalismo *turbinado*. Weber em absoluto pensava que os calvinistas tivessem inventado o capitalismo – que existia muito antes de Calvino. Mas ele destacava justamente o rumo especial que os calvinistas deram ao sistema. A explicação, de forma resumidíssima, é a seguinte: Calvino pregava a predestinação, isto é, ele ensinava que as pessoas nascem com seu destino predestinado por Deus. Isso cria nessas pessoas uma tremenda angústia para saber se estão predestinadas ao céu ou ao inferno. Na cabeça das pessoas, desenvolve-se, então, o seguinte raciocínio: se Deus me abençoar *nesta* vida, eu posso ter certeza de que ele me predestinou para o bem, para o céu. E o lugar preferido para aferir se Deus predestinou alguém para o céu está em medir as bênçãos materiais que Deus despeja sobre uma pessoa. E para que essa benção fique visível, os calvinistas se jogariam ao trabalho intenso, a fim de conseguirem enxergar e mostrar a benevolência de Deus para com elas, resultando daí uma dedicação extrema ao trabalho e à poupança, que, em última instância, favorecem o desenvolvimento do capitalismo. Repito: essa é uma grande simplificação da tese de Weber. Ela é relatada aqui apenas para afirmar que, a partir de Weber, se desenvolveu toda uma tradição de que os protestantes em geral – também os luteranos – se dão economicamente bem no Brasil. E isso parece não ser apenas uma impressão. Para o caso dos luteranos, há indicadores objetivos, numéricos que apontam para isso – ao menos em termos gerais, podendo, evidentemente, haver exceções.

No Rio Grande do Sul temos, no mínimo, duas lideranças católicas que conheciam muito bem as regiões coloniais do estado e que, em várias ocasiões, manifestaram a membros de suas comunidades católicas que os luteranos se davam economicamente melhor que eles, católicos. Um deles foi o conhecido padre Theodor Amstad, um dos maiores conhecedores da assim chamada “colônia”, conhecido como o fundador do cooperativismo no Brasil, e cultuado até hoje em Nova Petrópolis através da Fundação Amstad, uma organização que não despreza o concurso de luteranos. E o outro foi o jornalista Hugo Metzler, fundador de uma destacada imprensa de cunho católico neste estado – no centro de Porto Alegre ainda temos uma galeria chamada “A Nação”, que lembra o jornal católico *A Nação*, um jornal editado, durante muitos anos, pela família Metzler.

E essa situação de que os luteranos se caracterizariam por um sucesso econômico maior parece ser confirmada por dados estatísticos. Um estudo feito por Silvana Krause, e publicado pela UNISC sob o título *Migrantes do tempo*, sobre Santa Cruz do Sul entre o início da sua colonização na metade do século XIX e 1930, mostrou claramente que os principais empreendimentos naquele município estiveram em mãos de luteranos, mesmo que no ponto de partida, no início da colonização, não tenha sido possível constatar diferenças entre a qualidade das terras e, portanto, a riqueza dos colonos. Silvana Krause fez um detalhado estudo do desenvolvimento econômico-social, mostrando que no início da colonização não havia diferenças palpáveis entre católicos e luteranos: a quantidade e a qualidade das terras de ambos apresentavam uma equivalência. Se 80 anos depois de iniciado o processo havia diferenças entre colonizadores católicos e luteranos, essa teria sido decorrência de formas diferentes de administrar os bens materiais que possuíam. E essa diferença é muito palpável quando se atenta para o desenvolvimento posterior do artesanato e da indústria locais. Assim, em 1892 foram contadas em Santa Cruz 14 assim chamadas “indústrias”, das quais 10 pertenciam a luteranos, 3 a católicos, e a filiação religiosa de um dos “industriais” não pôde ser estabelecida. Um outro dado estatístico informa que em 1895, 73% da força motriz estavam instaladas em empresas de luteranos. Em 1902, dos 15 empreendimentos que mais impostos pagavam, 12 estavam em mãos de luteranos. Uma estatística industrial de 1916 mostrou que 66% do capital investido pertenciam a luteranos e apenas 28% a católicos; na mesma época, 73% da produção eram

creditadas a luteranos e só 22% a católicos. A Associação Comercial e Industrial local tinha, em 1924, na sua diretoria, 14 luteranos e apenas 2 católicos.

O historiador João Klug, da Universidade Federal de Santa Catarina, constatou que em Blumenau uma série de iniciativas de caráter econômico muito importantes partiu de luteranos. Foi um luterano que, em 1903, introduziu o primeiro automóvel, um luterano abriu, em 1904, o primeiro cinema, inaugurou em 1907 a estrada de ferro Blumenau-Ibirama – muito importante para a economia regional –, criou, em 1909, a Companhia Força e Luz, e colocou em funcionamento, em 1935, o primeiro transmissor de rádio. Além disso, João Klug cita um historiador de Blumenau de acordo com cujas pesquisas, em 1920, a maioria absoluta dos comerciantes era composta de luteranos. Os luteranos também se teriam dedicado com muito mais afinco do que os católicos à construção de escolas, assim que teriam sido os principais portadores de ideais de modernização.

Preciso inserir aqui duas observações. A questão não é tão simples e linear quanto esses dados possam sugerir. Caxias do Sul foi fundada cerca de 25 anos mais tarde que Santa Cruz, e ninguém aqui terá dúvidas em destacar que na corrida entre ambas a católica Caxias tivesse levado a melhor. Eu não tenho uma resposta para isso. Mas penso que além da religião ou da identidade religiosa também a identidade étnica possa ter influenciado. Mas, sobretudo, cabe a segunda observação: Silvana Krause em seu estudo se concentrou propositalmente no período anterior a 1930, quando o capital investido em Santa Cruz tinha procedência exclusivamente local. A situação, naturalmente, muda com a entrada de capital proveniente de outras regiões e, sobretudo, do exterior. Essas observações têm importância para o caso de alguém querer aplicar esse raciocínio ou esse teste para Porto Alegre ou para outras localidades do interior – deve-se levar em conta a história das empresas, deve-se atentar se a empresa é familiar ou se tem um capital composto a partir de muitos acionistas ou até de origem multinacional.

Independente de alguns senões que a tese da presença dos luteranos na economia de ponta possa apresentar, penso que ela se sustenta, no mínimo, em parte. Ou, dito de outra forma, bem cuidadosa: não há como negar uma presença significativa de luteranos na economia gaúcha e brasileira. Certamente, se poderia agregar a esse campo a presença significativa de luteranos na administração de entidades puramente privadas ou que

mantêm algum vínculo com o Estado. Estou pensando em casos como o Hospital Moinhos de Vento, aqui em Porto Alegre, mas também em SESC's e SESI's, por exemplo.

Em contrapartida, não há dúvida de que a presença de luteranos na grande política – sobretudo aqui no Rio Grande do Sul – sempre foi pouco significativa. Nos primeiros 30 anos do século XX, tivemos um deputado chamado Arno Philipp, que é lembrado pelos seus netos como aquele que conseguiu, junto ao governo, a liberação dos sinos desta igreja aqui da rua Senhor dos Passos, vindos da Alemanha. Mas Philipp não foi eleito pelos luteranos. Ele entrou na assim chamada Assembléia de Representantes da época em função de uma promessa feita por Júlio de Castilhos para compensar as concessões e a inclusão de vários católicos no seu agnóstico Partido Republicano Riograndense, promessa que foi cumprida, após sua morte, em 1903, pelo seu sucessor na direção partidária, Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Lá por 1935, tivemos na Assembléia outro representante luterano. Trata-se de A. J. Renner. Mas também este não ascendeu a este cargo por vontade ou pressão dos luteranos. Depois de 1930, Getúlio Vargas inventou uma coisa que se chamava “deputados classistas”, talvez um precursor dos “senadores biônicos” de Ernesto Geisel, lá nos anos 1970. Não eram eleitos, mas indicados pelos sindicatos ou pelas associações profissionais, sempre com o beneplácito do governo. Assim, Renner entrou na Assembléia Legislativa gaúcha por graça do governador Flores da Cunha, e os motivos de escolha devem ter sido, em primeiro lugar, sua condição de um dos principais empresários do estado, em segundo lugar, certa simpatia do governador pelos “alemães” – sua condição de luterano, possivelmente, não tenha tido qualquer importância na escolha.

Depois dessa presença de Renner na Assembléia, vieram os anos difíceis da Segunda Guerra Mundial, quando todos os alemães e descendentes sofreram represálias, mas onde os luteranos foram especialmente visados. Por empenho especial do pastor Hermann Dohms, depois da guerra, foi eleita uma significativa bancada luterana para o parlamento estadual, no Rio Grande do Sul, num total de 7 deputados em diversos partidos, entre os 55 que compunham a Assembléia Legislativa da época. Mesmo que não existam pesquisas sobre as eleições seguintes, parece que depois disso cessou novamente uma preocupação específica dos luteranos em fazer-se representar na Assembléia. E, ao menos até 1964, a representação luterana no Congresso Nacional era invisível. Para governador,

tivemos o candidato Egídio Michaelsen, nas eleições de 1962, mas ele não foi eleito. A situação parece ter mudado um pouco depois de 1964, mas desconheço estudos específicos sobre isso, para falar com maior precisão sobre o assunto – sei que em nível estadual o deputado Oscar Westendorf se apresentava como representante luterano. No entanto, com certeza, não é errado falar de uma sub-representação luterana nos níveis de governador para cima até os dias de hoje – ao menos para o Rio Grande do Sul. A situação em Santa Catarina pode ser um pouco diferente.

Historicamente, essa situação é explicada pelo suposto desinteresse de alemães e descendentes em geral, mas, sobretudo, dos luteranos, pela política, pelos destinos, enfim, pela cidadania brasileiros. Mas essa é uma explicação muito simplista. Em nível municipal, pode-se constatar, do início da República até a Segunda Guerra Mundial, uma presença massiva, e muitas vezes dominante, na administração da coisa pública. O citado trabalho de Silvana Krause sobre Santa Cruz do Sul, que mostrou a predominância dos luteranos na economia, também mostrou que os luteranos marcaram, no mínimo, o mesmo nível de presença na política – o que é compreensível, já que dominavam os setores mais importantes e avançados da economia.

Num livro que publiquei em 2002 sob o título *O aviador e o carroceiro*, no qual estudo a história do empastelamento do jornal *Deutsche Post*, da firma Rotermund, estudei também a história política de São Leopoldo durante as quatro décadas iniciais da República, e ela mostra claramente que os luteranos se empenharam muito na luta pelo poder local. Foi interessante constatar que as diferenças políticas locais, durante todo o período, tiveram uma conotação religiosa. De um lado, estavam os luteranos e os maçons – que em grande parte eram luteranos, mas também havia maçons católicos – e, de outro, aqueles que se consideravam bons católicos. Além disso, foi interessante constatar que durante a Primeira Guerra os luteranos perderam um pouco de terreno, depois disso, porém, começaram – de forma consciente ou não – a ocupar todos os espaços da sociedade local: a diretoria da Associação Comercial e Industrial, mas também das diretorias dos clubes recreativos, como as Sociedades Orfeu e Ginástica, por exemplo.

Aqui entra um novo passo na minha argumentação. Uma explicação para a escassez de representantes luteranos nos mais altos escalões da política – de governador para cima – pode estar na resistência dos “outros”, dos políticos estabelecidos, contra seu ingresso ou

contra a ocupação de espaço. Não posso provar que não tenha sido assim – e penso que, em grande parte, foi assim. Mas quero agregar uma outra possibilidade. Defendo a tese de que o luteranismo se desenvolveu neste país como um grande exercício democrático. Líderes eclesiásticos do passado costumavam criticar de forma veemente esse democratismo. Só quero lembrar um conceito que vai nessa direção. Xingavam-se e condenavam-se os assim chamados “pseudo-pastores”, na verdade, pastores-leigos, porque eles não se enquadravam na estrutura burocrático-hierárquica de instituições eclesiásticas. Somente na década de 1970, o conceito pejorativo de “pseudo-pastores” foi substituído nos escritos da história da IECLB pela expressão mais objetiva e condescendente de “pastores-colonos”. Na verdade, a resistência contra organizações eclesiásticas abrangentes é uma característica que é citada em todos os lugares em que se estabeleceram luteranos. A emigração para o Brasil foi vista, por quase todos os emigrantes alemães, como uma libertação das imposições sociais e políticas, mas também das religiosas na Alemanha. São abundantes as manifestações de que não se desejava submeter-se a um pastorado imposto de fora, por uma autoridade eclesiástica, por exemplo. Essa atitude teve efeitos duradouros na história dos luteranos no Brasil. Por isso, a distância entre aquilo que pastores diziam e faziam, e aquilo que os membros diziam e faziam foi um reflexo das tendências autonomistas. O Sínodo Riograndense, a rigor, o grande precursor da IECLB, durante muito tempo, foi obra de pastores, e não de membros. E a resistência contra essa organização pode ser medida pelo fato de que até a década de 1960 um número considerável de luteranos do Rio Grande do Sul vivia em assim chamadas “comunidades livres”.

Essa tradição autonomista e quase libertária foi estudada pelo ex-pastor da IELB Roberto Radünz, hoje professor da Universidade de Caxias do Sul, para a região de Santa Cruz do Sul. Sua tese leva o significativo título de *Aqui é a terra da liberdade...*, citação de um documento de época encontrado por ele. Do ano de 1899, ficou registrada uma observação de Candelária que diz: “Nós não queremos ser comandados nem receber lições [de pastores]. Não é por isso que viemos para o Brasil! Isso se pode ter na Alemanha! Aqui é o país da liberdade! Ninguém precisa dar ouvidos [a um pastor]!”

Radünz mostrou de forma inequívoca que os habitantes da região não eram ateus e muito menos anti-religiosos. Pelo contrário, as preocupações com a formação da comunidade religiosa eram as primeiras logo após o estabelecimento. Só que eles tentavam

ser senhores do processo. Nesse sentido, o autor mostra, através de muitos documentos da época, que uma das preocupações centrais era transformar o pastor em um servidor da comunidade, ao invés de a comunidade se submeter a um pastor. Os pastores eram rigorosamente tratados como funcionários da comunidade. Quando abria uma vaga, se divulgava pelo estado a notícia, os pastores interessados se inscreviam num concurso, cuja prova consistia numa prédica em domingo previamente estipulado. Em um dos concursos, inscreveram-se sete candidatos, de forma que o mesmo durou exatas sete semanas. Depois da prédica do último concorrente, a comunidade se reuniu e em votação secreta escolheu seu pastor.

Nas grandes cidades, há muitas notícias de que a lida com os pastores não foi tão comportada, e os pastores, muitas vezes, chegaram às beiras da humilhação. Sobre a comunidade de Porto Alegre, um pastor escreveu, no século XIX, que ela se compunha de ricos comerciantes e artesãos, que sem muita insistência se dispunham a contribuir para a manutenção da igreja. Na sua chegada, teriam, imediatamente, reunido dinheiro para embelezar o templo, mas do reino de Deus não queriam saber. No primeiro parágrafo dos estatutos da comunidade, estaria escrito que ela é “evangélica, protestante, *de livre religiosidade*”, o que quer dizer que se tentava marcar posição contra uma religiosidade mais intensa. A coisa mais impressionante na vida da comunidade seriam as festas, que seriam verdadeiras “farras”.

Sobre os anos 1920, diz-se que a comunidade se compunha de uma “boa classe média” (comerciantes, profissionais liberais, técnicos). E mesmo que se fale de uma mudança na estrutura social dessa comunidade nas décadas seguintes, um visitante norte-americano dos anos 1950 ainda escreveu que ela representava antes um centro de “protestantismo cultural” do que de uma efetiva fé evangélica – querendo dizer com isso que se tratava de uma religiosidade pouco piedosa.

Da comunidade do Rio de Janeiro, sabe-se que um cônsul, bem como outros elementos da elite econômica e social, foram os fundadores. Em um escrito comemorativo do centenário da fundação, em 1927, um pastor escreveu: “Se antigamente o pertencimento consciente à comunidade constituía um problema, não representando mais do que o pagamento das mensalidades e o convite ao pastor para as cerimônias tradicionais, e se apenas uma parcela muito pequena constituía presença fiel nos cultos, a coisa, hoje, ficou

muito pior”. O sociólogo Emílio Willems cita, em livro dos anos 1940, um pastor que fala de concubinatos, incestos e outras grandes irregularidades, que se manifestariam por ocasião de batizados, confirmações e casamentos.

Sobre a comunidade de São Paulo, Willems nos fornece alguns dados interessantes. No ano de 1905, viviam na cidade de 3.000 a 4.000 mil luteranos alemães ou de origem alemã, mas a comunidade só tinha 61 membros inscritos. Em 1928, essa relação estava na proporção de 20.000/800. Em 1934, uma multidão de 24.000 assim chamados “alemães” teria comparecido a uma comemoração do 1º de Maio, uma festa que nesta data provavelmente tinha, no mínimo, certo verniz nazista, mas o culto luterano anunciado em conexão com essa festividade teria sido cancelado por total falta de interessados.

Em Curitiba, desencadeou-se, em 1899, uma briga entre os membros e o pastor, porque este queria ministrar ensino religioso às crianças da escola ligada à comunidade. A absoluta maioria dos membros foi contra essa intenção do pastor.

Eu não estou relatando esses fatos para valorizá-los ou mesmo para endossar a atitude dessas comunidades. Os fatos são relatados para mostrar que nas suas origens as comunidades luteranas do Brasil apresentam um alto grau de práticas democráticas, de autonomia e de auto-administração frente às autoridades eclesiásticas. E é aí que quero chegar. Sou de opinião que práticas no campo religioso se internalizam profundamente na mentalidade, na forma de ação das pessoas. Isso porque a religião é a coisa mais importante da vida das pessoas, porque na religião se decide não só o aqui e agora, mas o futuro, a própria eternidade. E assim, formas de ação no campo religioso se refletem em outros campos. Inclusive no campo da política e da cidadania. E aqui penso que a língua portuguesa não nos permite fazer uma distinção que a língua inglesa permite. Nesta última, temos duas palavras importantes com significados diferentes: *politics* e *policy*. *Politics* é, por assim dizer, a prática político-partidária, a luta bruta pelo poder, os golpes baixos, enfim, aquela parte muitas vezes não considerada muito nobre da administração estatal. Enquanto isso, *policy* é mais a administração, a parte técnica da condução da coisa pública. Quando dizemos, em português, “política de saúde”, “política da educação”, teríamos aí, em inglês, a palavra *policy*.

E aqui tento fechar minha argumentação. Talvez pela combinação de certa resistência dos concidadãos brasileiros aos luteranos para ascenderem aos cargos mais altos

da política partidária, de chegar ao cargo de governador ou de senador, eles acabaram se concentrando, de fato, na administração local, com ênfase na administração técnica dos municípios. Sei que, com certeza, alguns dirão que conhecem prefeitos luteranos que fizeram a pior política partidária imaginável. Ninguém duvida, mas estou falando em tese, não tenho dúvida de que os bons indicadores de qualidade de vida em Linha Nova, o município percentualmente mais luterano do Rio Grande do Sul, está nesta condição por causa das suas *policies* – ainda que as *politics* também possam grassar por lá.

Essa questão nos coloca uma outra, com a qual nem políticos ou militantes partidários, e imagino nem administrações eclesiásticas, muitas vezes, conseguem lidar com sensatez e correção. Quero ilustrar uma situação dessas através de um exemplo atual e bem concreto. Já nas eleições de 2002, o município essencialmente luterano de Arroio do Padre, desmembrado de Pelotas, deu o maior percentual de votos de todo o estado a Germano Rigotto, no segundo turno. Nas eleições presidenciais de 2006, o município virou manchete nos principais jornais do país por ter dado um percentual de votos ainda maior a Geraldo Alckmin, o mais alto do país, chegando a superar os 80%, no segundo turno. Ainda que nem todas as manchetes da imprensa o dissessem de forma explícita, o tom geral era o de que se tratava do município mais conservador ou até mais reacionário do Brasil. Mesmo que nem todos os eleitores de Alckmin sejam conservadores, não resta dúvida de que, no cômputo geral, os eleitores de Lula são vistos e certamente se consideram a si próprios como menos conservadores, mais progressistas, mais democráticos, mais comprometidos com o bem comum.

No entanto, neste caso concreto, existe um “porém”. Os resultados de uma pesquisa publicados em maio de 2006, feita com todos os municípios brasileiros, traz a necessidade de refletir sobre essa pressa em classificar Arroio do Padre como extremamente conservador ou até reacionário, e, sobretudo, a respeito de uma eventual classificação como não-democrático, antiprogressista, desinteressado no bem comum. Na pesquisa foram construídos os seguintes índices: tomou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal atribuindo pontuação de acordo com o nível de observância desta lei. O município que gastava exatamente aquilo que arrecadava não levou pontos positivos nem negativos, aqueles que tiveram déficit receberam pontuação negativa de acordo com o grau de endividamento, e aqueles que tiveram superávit receberam pontos positivos de acordo com o nível desse

superávit. Por outro lado, foram atribuídos pontos, positivos ou negativos, ao nível e à equidade do atendimento, pelas administrações municipais, nas três áreas básicas que competem ao governo municipal: educação nas primeiras quatro séries, saúde e infraestrutura. Nessa classificação, Arroio do Padre obteve o 14º melhor desempenho *de todo o Brasil*. Em tom ironicamente sério tenho dito que Arroio do Padre é o 14º município mais *socialista* do Brasil. Faço essa afirmação a partir da constatação de que Arroio do Padre está a apenas 13 posições de distância do município brasileiro no qual se faz o maior bem possível, para o maior número possível, da forma mais eqüitativa possível, *com os recursos disponíveis*. Considero que esta seja uma definição *possível* para socialismo. Em tempo: o município brasileiro mais *socialista* sob esta perspectiva talvez não seja tão luterano quanto Arroio do Padre, mas também lá há um bom número deles – São José do Hortêncio, no vale do rio Caí. Arroio do Padre elegeu, em 2004, um prefeito do PFL, três vereadores pelo mesmo partido, com PP, PDT e PSDB contribuindo com dois vereadores cada um. Não requer muita imaginação para constatar que um enorme número de municípios com administrações em que dominam partidos que se autoclassificam como muito mais democráticos, muito mais progressistas, muito mais preocupados com o bem comum não conseguem apresentar resultados sequer próximos dos aqui citados sobre Arroio do Padre. Depois desse resultado, alguém, em sã consciência, ainda poderá xingar os arroio-padrenses de “conservadores”, de “reacionários”? Fato, porém, é que partidos e governos – e talvez também autoridades eclesásticas – tendem a valorizar a “ideologia” autoproclamada, as tendências eleitorais, para avaliar o conjunto da população, quando, na verdade, muitas vezes, aquilo que Max Weber chamava a *Lebensführung*, as condutas de vida inconscientes, são algo muito mais importante e de influência mais profunda e duradoura que posicionamentos explícitos.

Com essa história termino a minha fala. Tentei mostrar uma trajetória dos luteranos no Brasil que nos coloca algumas questões que talvez não sejam de fácil solução. A “nacionalização” do luteranismo, certamente, não avançou na medida em que seria desejável, o caráter de minoria ainda não foi superado, mas talvez assim como as instituições luteranas têm imposto respeito aos brasileiros com sua qualidade, se devesse mostrar também que os luteranos não são apenas seres exóticos num contexto tropical. Talvez se pudesse tentar mostrar que algumas práticas eventualmente um pouco diferentes

das usuais não são exóticas por si só, talvez se pudesse lembrar a muitas pessoas que passaram a vida ensinando que as aparências enganam, que elas desconsideraram esse princípio quando encaram os luteranos brasileiros.

Claro, existe também a recíproca. Ainda que os atos efetivos devessem ser os mais valorizados na avaliação de pessoas e de grupos, e não as palavras, às vezes, se torna difícil para alguém de fora quando ouve manifestações preconceituosas, social e politicamente infelizes.

Muito obrigado pela paciência em me ouvir!